

Relatório da Administração

Senhores cotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2021 e 2020. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Cotistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 22 de março de 2022. A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	6.355.492	438.282
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	-	5.966.958
Impostos a recuperar	5	94.889	89.414
Outros créditos		631.731	652.945
Total do circulante		7.082.112	7.147.599
Não Circulante			
Imobilizado	8	8.151	10.251
Total do não circulante		8.151	10.251
Total do ativo		7.090.263	7.157.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais)

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		899	981
Tributos e contribuições sociais	9	753.631	751.973
Lucros a distribuir		504.920	522.186
Salários a pagar		90.508	11.122
Benefícios pós-emprego	16	1.034	251
Outros passivos		94.505	174.542
Total do circulante		1.445.497	1.461.055
Não circulante			
Benefícios pós-emprego	16	7.957	829
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	30.775	33.465
Outros passivos		2.311	1.923
Total do não circulante		41.043	36.217
Patrimônio líquido			
Capital social	10.1	4.109.132	4.109.132
Retenção de lucros		486	486
Distribuição de lucros adicionais propostos	10.2	1.514.759	1.566.558
Outros resultados abrangentes	10.3	(20.654)	(15.598)
Total do patrimônio líquido		5.603.723	5.660.578
Total do passivo e patrimônio líquido		7.090.263	7.157.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA PLANEJAMENTO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	11	3.725.649	3.562.599
Lucro bruto		3.725.649	3.562.599
Despesas gerais e administrativas	12	(951.867)	(784.409)
Outras receitas		2.336	13.324
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		2.776.118	2.791.514
Renda Aplicação Financeira		245.452	181.116
Tributos sobre receitas financeiras		(11.611)	(8.452)
Outras Receitas financeiras		4.246	642
Outras Despesas financeiras		(2.972)	(11.154)
Receitas financeiras líquidas		235.115	162.152
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		3.011.233	2.953.666
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(994.241)	(1.044.874)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	2.687	(7.981)
Lucro líquido do exercício		2.019.679	1.900.811
Lucro líquido básico e diluído por cota - R\$		0,70	0,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA PLANEJAMENTO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais)

	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício	10.2	2.019.679	1.900.811
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	10.3	(5.056)	(8.903)
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		2.014.623	1.891.908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA PLANEJAMENTO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais)

	Nota	2021	2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	10.2	2.019.679	1.900.811
Imposto de renda e contribuição social	7	991.554	1.052.855
Despesas com juros, variações monetárias - líquidas		(245.452)	(181.116)
Depreciação	8	2.100	2.102
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) Diminuição de Impostos a recuperar		(5.475)	(59.775)
Diminuição (aumento) de outros créditos		21.214	57.839
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) Aumento de Fornecedores		(82)	(2.868)
(Diminuição) de Tributos e contribuições sociais		(1.641.974)	(1.693.123)
Imposto de renda e contribuição social pagos		651.992	651.992
(Diminuição) Aumento de Outros passivos		(17.278)	(151.991)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais		1.776.278	1.576.726
Atividades de Investimento			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		6.212.410	(4.997.802)
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimento		6.212.410	(4.997.802)
Atividades de financiamento			
Pagamentos de lucros a distribuir		(2.071.478)	(1.744.647)
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimento		(2.071.478)	(1.744.647)
Variação líquida do caixa		5.917.210	(5.165.723)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		438.282	5.604.005
Caixa mais equivalentes de caixa finais		6.355.492	438.282
Variação líquida do caixa		5.917.210	(5.165.723)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

**ENERGISA PLANEJAMENTO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais)**

	Nota	2021	2020
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de comissões	11	4.197.914	4.014.196
Outras receitas		2.336	13.324
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros	12	12.191	20.421
Outros custos operacionais	12	5.526	16.494
		17.717	36.915
Valor adicionado bruto		4.182.533	3.990.605
Depreciação	11	(2.100)	(2.102)
Valor adicionado líquido		4.180.433	3.988.503
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		249.698	181.758
		249.698	181.758
Valor adicionado total a distribuir		4.430.131	4.170.261
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		664.729	528.037
Benefícios		100.026	89.237
FGTS		42.790	36.417
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		1.515.977	1.524.208
Municipais		83.958	80.397
Remuneração de capital de terceiros			
Juros		2.972	11.154
Remuneração de capitais próprios			
Distribuição de lucros	10.2	504.920	522.185
Lucros a distribuir - prescritos		-	(187.932)
Distribuição de lucros adicionais	10.2	1.514.759	1.566.558
		4.430.131	4.170.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA PLANEJAMENTO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais)

Nota	Capital social	Reserva de Retenção de lucros	Distribuição de Lucros adicionais Propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	4.109.132	486	1.410.394	-	(6.695)	5.513.317
Pagamento de lucros adicionais	-	-	(1.410.394)	-	-	(1.410.394)
Lucros a distribuir - prescritos	-	-	-	187.932	-	187.932
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.900.811	-	1.900.811
Proposta de distribuição do lucro líquido						
Distribuição de lucros	10.2	-	-	(522.185)	-	(522.185)
Distribuição de lucros adicionais - propostos	10.2	-	1.566.558	(1.566.558)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos					-	-
Ganho e perda atuarial – benefício pós emprego	10.3	-	-	-	(13.489)	(13.489)
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	10.3	-	-	-	4.586	4.586
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.109.132	486	1.566.558	-	(15.598)	5.660.578
Pagamento de lucros adicionais	-	-	(1.566.558)	-	-	(1.566.558)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.019.679	-	2.019.679
Proposta de distribuição do lucro líquido						
Distribuição de lucros	10.2	-	-	(504.920)	-	(504.920)
Distribuição de lucros adicionais - propostos	10.2	-	1.514.759	(1.514.759)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos					-	-
Ganho e perda atuarial – benefício pós emprego	10.3	-	-	-	(7.660)	(7.660)
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	10.3	-	-	-	2.604	2.604
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.109.132	486	1.514.759	-	(20.654)	5.603.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Energisa Planejamento e Corretagens de Seguros Ltda (“Empresa”), com sede em Leopoldina, estado de Minas Gerais, é uma sociedade empresarial de responsabilidade limitada cujo objetivo social principal é a corretagem de seguros nos ramos elementares, vida, capitalização, planos previdenciários, saúde e de consultoria administrativa, financeira e de mercado.

1.1 Efeitos COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também fizeram publicar diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Impactos observados no exercício de 2021

Em 2021, a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo coronavírus, permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade, tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação. Nos últimos meses fomos assolados por uma nova variante, a Omicron, qual tem apresentado ameaças mundo afora, contudo, não representou, até o momento, impactos consideráveis na economia global.

O crescente aumento da vacinação no país, tem contribuído significativamente pelo retorno das atividades operacionais e econômicas da população brasileira. Contudo, no fim de 2021, novas ondas de mortes e disseminação do vírus causaram aumento de preocupação nos principais mercados mundiais reacendendo as discussões na comunidade científica global quanto as consequências no controle da pandemia relacionadas a possíveis precipitações da retomada das atividades econômicas e nível baixo de vacinação da população mundial.

A Administração da Empresa segue monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constantemente a eficácia das medidas protetivas adotadas com o intuito de mitigar tais riscos. Até o momento a Administração da Empresa não identificou impactos relevantes em suas operações em função dos impactos da pandemia.

A Empresa segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

Resultados de 2021

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Empresa.

A Empresa avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19, conforme detalhado na nota explicativa 1.1, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2022.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa e estão em reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 14.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), requer que a Administração faça o uso julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I - Nota explicativa nº 7 - Créditos tributários, imposto diferido e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- II - Nota explicativa nº 8 - Imobilizado; e
- III - Nota explicativa nº 16 - Benefícios pós-emprego.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeira.

3.1 Principais políticas contábeis

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera

Resultados de 2021

equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Empresa avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Resultados de 2021

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que

Resultados de 2021

modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2021, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de “hedge” em um “hedge” efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - A mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de “hedge” nas relações de “hedge” definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de “hedge” eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Empresa não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Resultados de 2021

- c. **Contas a receber** - inclui as faturas de corretagem de seguros nos ramos elementares, vida, capitalização, planos previdenciários, saúde e de consultoria administrativa, financeira e de mercado.
- d. **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente;

- e. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

- f. **Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

- g. **Distribuição de lucros** - a distribuição de lucros declarados com montantes superiores aos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- h. **Benefícios pós-emprego** - a Empresa oferece aos seus colaboradores plano de benefício previdenciário, assistência médica-hospitalar e outros benefícios pós-emprego. O plano de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões é classificado na modalidade contribuição definida (CD). Nessa modalidade, a Patrocinadora paga as contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados

A Empresa participa do custeio dos planos de assistência médica-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

A Empresa concede a seus colaboradores, um prêmio por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), firmado em Acordo

Resultados de 2021

Coletivo de Trabalho. A Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido;

- i. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
- j. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Empresas abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

- (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Empresa:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

- (ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38; IFRS 7 / CPC 40 (R1); IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos		31 de março de 2021

A Empresa também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Empresa.

Resultados de 2021

4. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2021 equivale a 98,7% do CDI (65,0% do CDI em 2020).

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	186.528	158.212
Aplicações financeiras de liquidez imediata		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	5.868.150	-
Operações compromissadas	300.814	280.070
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	6.355.492	438.282

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

4.2 Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

A rentabilidade média ponderada da carteira equivalente no exercício de 2020 foi de 113,5% do CDI. Em 2021 os valores foram resgatados.

	2020
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	5.966.958
Fundo de Investimento Exclusivos ⁽¹⁾	
Títulos Públicos	2.251.682
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	2.237.545
Letra Financeira (LF)	1.164.930
Letra Financeira (LTN)	36.013
Letra Financeira (NTNF)	276.788
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante	5.966.958

(1) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em Títulos públicos, LFT, LF, LTN, NTNF e NTNB foram remuneradas 113,5% em 2020 do CDI Fundo FI Energisa, 63,5% em 2020 do CDI Fundo Zona da Mata.

5. Tributos a recuperar

	2021	2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	31.847	29.973
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	63.042	59.441
Total - circulante	94.889	89.414

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

6. Transações com partes relacionadas

A Empresa é controlada pela ENERGISA S/A, (58,26% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas:

- Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);
- Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG);

Resultados de 2021

- Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);
- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);
- Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF);
- Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);
- Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);
- Energisa Soluções S/A (ESOL);
- Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;
- Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e
- Voltz Capital S/A.

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Denerge - Desenvolvimento Energético S/A, Alsol Energias Renováveis S/A, Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM) e Parque Eólico Sobradinho Ltda., possui participação indireta nas seguintes Companhias, como segue:

Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:

- Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;
- Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A; e
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A.

Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:

- Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);
- Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);
- Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);
- Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS);
- Multi Energisa Serviços S/A,
- Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER);
- Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE); e,
- QMRA Participações S/A.

Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A:

- Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda (Laralsol); e,
- URB Energia Limpa Ltda.

Transações com partes relacionadas efetuadas durante o exercício pela Empresa:

	Serviços contratados	Fornecedores a pagar
Energisa S/A ⁽¹⁾	(7.753)	(5.488)
2021	(7.753)	(5.488)
2020	(7.442)	(624)

⁽¹⁾ Energisa S/A - refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos. O contrato de compartilhamento foi firmado em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

Remuneração dos administradores

	2021	2020
Remuneração Anual ^(a)	155.280	612.083
Remuneração da Diretoria	87.590	79.720
Outros Benefícios ^(b)	122.910	123.910

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2021 foi aprovado na AGO de 06 de abril de 2021.
 (b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

Resultados de 2021

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$16.539 e R\$7.405 (R\$15.752 e R\$7.086 em 2020), respectivamente. A remuneração média em 2021 foi de R\$11.927 (R\$11.419 em 2020).

7. Créditos tributários, imposto diferido e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

Crédito tributário reconhecido no balanço	2021	2020
Passivo		
Diferenças temporárias		
Imposto de renda	(22.629)	(24.607)
Contribuição social	(8.146)	(8.858)
Total Líquido - passivo não circulante	(30.775)	(33.465)

As diferenças temporárias são como seguem:

	2021		2020	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Passivo				
Passivo Atuarial	(90.515)	(30.775)	(98.426)	(33.465)
Total passivo não circulante	(90.515)	(30.775)	(98.426)	(33.465)

Os valores de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, apropriados no resultado do exercício, podem ser assim demonstrados:

	2021	2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	3.011.233	2.953.666
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas:	(1.023.819)	(1.004.246)
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc)	22.359	20.318
Créditos diferidos de períodos anteriores	-	(77.246)
Outras exclusões	9.906	8.319
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(991.554)	(1.052.855)
Alíquota efetiva	32,93%	35,65%

Resultados de 2021

8. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos 2020	Depreciação	Saldos 2021
Em serviço:				
Máquinas e equipamentos	16,67%	120.365	-	120.365
Móveis e utensílios	6,25%	11.285	-	11.285
Total em Serviço		131.650	-	131.650
Depreciação acumulada:				
Máquinas e equipamentos		(116.944)	(2.100)	(119.044)
Móveis e utensílios		(11.285)	-	(11.285)
Total depreciação acumulada		(128.229)	(2.100)	(130.329)
Em Curso		6.830	-	6.830
Total		10.251	(2.100)	8.151

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos 2019	Depreciação	Saldos 2020
Em serviço:				
Máquinas e equipamentos	16,67%	120.365	-	120.365
Móveis e utensílios	6,25%	11.285	-	11.285
Total em Serviço		131.650	-	131.650
Depreciação acumulada:				
Máquinas e equipamentos		(114.842)	(2.102)	(116.944)
Móveis e utensílios		(11.285)	-	(11.285)
Total depreciação acumulada		(126.127)	(2.102)	(128.229)
Em Curso		6.830	-	6.830
Total		12.353	(2.102)	10.251

9. Impostos e contribuições sociais

	2021	2020
Imposto sobre Serviços - ISS	20.486	22.062
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	407	407
Encargos Sociais	23.550	16.479
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	440.452	451.500
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	225.560	213.609
Contribuições ao PIS e a COFINS	30.344	40.358
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	12.832	7.558
Total - circulante	753.631	751.973

10. Patrimônio líquido

10.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado por cotistas residentes no país, é de R\$4.109.132 (R\$4.109.132 em 2020), dividido em 2.893.755 (2.893.755 em 2020) cotas.

Resultados de 2021

10.2 Distribuição de lucros

O contrato social da Empresa prevê que a destinação do resultado do exercício seguirá as normas da lei das sociedades por ação.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.019.679	1.900.811
Lucros distribuídos prescritos	-	187.932
Lucro líquido ajustado	2.019.679	2.088.743
Lucros mínimos obrigatórios (25%)	504.920	522.185
. Distribuição de lucros adicionais propostos - - R\$0,5234579500 em 2021 (R\$0,5413580797 em 2020) por quota	1.514.759	1.566.558
Total de lucros distribuídos	2.019.679	2.088.743
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

A distribuição de lucros adicionais propostos foi registrada na rubrica específica de Distribuição de lucros adicionais dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08 e serão pagos em data a ser definida em Assembleia de Sócio Quotista (ASQ). Em 14 de maio de 2021 a Empresa efetuou o pagamento da distribuição dos lucros aprovados na Reunião da Administração de 30 de abril de 2021 no montante de R\$2.088.743, referente ao exercício de 2020.

10.3 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício pós emprego, líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2021	2020
Saldo inicial - 2020 e 2019	(15.598)	(6.695)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(7.660)	(13.489)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	2.604	4.586
Saldo final - 2021 e 2020	(20.654)	(15.598)

11. Receita operacional

	2021	2020
Receita de serviços de corretagem	4.197.914	4.014.196
(-) Deduções da receita operacional bruta		
PIS	(69.266)	(66.234)
COFINS	(319.041)	(305.079)
ISS	(83.958)	(80.284)
Receita operacional líquida	3.725.649	3.562.599

12. Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Despesas operacionais	Total	
	Gerais e administrativas	2021	2020
Pessoal e administradores	894.988	894.988	732.342

Resultados de 2021

Benefícios pós emprego	39.398	39.398	26.262
Material	1.108	1.108	4.586
Serviços de terceiros	11.083	11.083	15.835
Depreciação e amortização	2.100	2.100	2.102
Outras	3.190	3.190	3.282
	951.867	951.867	784.409

13. Cobertura de Seguros

A política de seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2021	2020
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2023	1.106.457	3.234	2.853
			3.234	2.853

14. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da natureza dos instrumentos financeiros: depósitos bancários, avaliados ao valor justo por meio do resultado, com instituição financeira de grande porte e contas a pagar com fornecedores, a Empresa entende não estar exposta a riscos vinculados a instrumentos financeiros tais como: juros, crédito ou liquidez.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Ativo	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		6.355.492	6.355.492	438.282	438.282
		6.355.492	6.355.492	438.282	438.282
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	-	-	5.966.958	5.966.958
		-	-	5.966.958	5.966.958

Resultados de 2021

Passivo	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado					
Fornecedores		899	899	981	981
		<u>899</u>	<u>899</u>	<u>981</u>	<u>981</u>

Em 2021 e 2020, a Empresa não possui e nem operou com instrumentos derivativos.

15. Lucro por quota

O lucro básico e diluído por quota no valor de R\$0,70 (R\$0,66 em 2020) foi calculado com base no resultado do exercício e a respectiva quantidade de quotas.

16. Benefícios pós-emprego

16.1. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Empresa é patrocinadora do plano de benefícios Plano Energisa CD, na modalidade contribuição definida puro, onde tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora. O plano é administrado pela ENERGISAPREV - Fundação Energisa de Previdência aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos nessa modalidade, não estão sujeitos à avaliação atuarial no âmbito do CPC 33 (R1).

Em 31 de dezembro de 2021 o plano possuía 5 (5 em 2020) participantes ativos e nenhum assistido ou pensionista.

A contribuição da patrocinadora para os planos de benefícios previdenciários durante o exercício de 2021 foi de R\$39.147 (R\$23.178 em 2020).

16.2. Prêmio aposentadoria

A Empresa em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

A Empresa reconheceu como prêmio de aposentadoria no resultado do exercício de 2021 o montante de R\$251 (R\$3.084 em 2020). O saldo do passivo atuarial de prêmio aposentadoria monta R\$8.991 (R\$1.080 em 2020) e encontra-se provisionado na rubrica de Benefícios pós-emprego no passivo circulante R\$1.034 (R\$251 em 2020) e no não circulante R\$7.957 (R\$829 em 2020).

A seguir está demonstrada a posição atuarial:

Reconciliação	2021	2020
Posição líquida em 2020 e 2019	1.080	11.065
Efeito em ORA	7.660	(13.069)
Efeito no Resultado do Exercício	251	3.084
Posição líquida em 2021 e 2020	8.991	1.080
Circulante	1.034	251
Não Circulante	7.957	829

Resultados de 2021

Demonstração das despesas para o exercício de 2022:

	2022
Custo do serviço corrente	460
Custo dos juros	574
Despesas previstas para o próximo exercício	1.034

16.3. Plano de saúde

A Empresa mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da empresa para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

O saldo atuarial do plano de benefício pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) de 2021 é de R\$21.235 (R\$22.983 em 2020).

17. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 2021 e 2020 as demonstrações financeiras da Empresa não foram impactadas por transações não caixa relevantes.

-*-

Diretoria Executiva

Maurício Perez Botelho
Administrador

Luiz Augusto Mendonça
Administrador

Leonardo De Castro Beto
Administrador

Vicente Côrtes de Carvalho
Contador
CRC MG-042523/O-7